

DOIS ARTISTAS, DUAS HISTÓRIAS de amor à vida

Um faria cem anos no dia 12 de julho, outro fez 60 anos em 19 de junho. Em comum, o amor pelo universo feminino e a intensa identificação com o seu povo, suas lutas e com a defesa da justiça social. **Pablo Neruda**, poeta maior do Chile e **Chico Buarque**, cronista da história do Brasil recente, recebem neste ano de 2004 justas homenagens pela riqueza que acrescentaram à cultura de seus países.

Os dois adquiriram a dimensão da poesia ao mesmo tempo em que tomavam consciência das dores do mundo.

Neruda na Espanha, como cônsul chileno, presenciou a guerra civil espanhola e viu amigos, como Federico Garcia Lorca, ser fuzilado pelos franquistas. De volta ao Chile ajudou amigos es-

panhóis a fugirem da ditadura, convencendo o governo a dar asilo aos republicanos. Em 1969 apresentou-se como candidato à Presidência, mas renunciou em favor do amigo Salvador Allende, do qual foi embaixador na França. Doente, morreu 12 dias depois do golpe que derrubou Allende e colocou no poder Augusto Pinochet. Como se não quisesse assistir a todas as iniquidades que se seguiriam.

Chico Buarque, filho do sociólogo Sérgio Buarque de Hollanda, acostumou-se desde cedo com a fina nata da intelectualidade brasileira frequentando a sua casa. Não raro, se sentava no colo daquele que depois seria seu parceiro, Vinicius de Moraes, enquanto este conversava com o amigo Sérgio. Compositor ao mesmo tempo sofisticado e popular,



COTAS GARANTEM IGUALDADE SOCIAL

A política de cotas para negros em universidades públicas é uma medida eficaz para garantir a igualdade social entre os brasileiros. A avaliação é da ministra Matilde Ribeiro (Políticas de Promoção da Igualdade Social). Ela participou no dia 15 de junho de um seminário sobre políticas afirmativas no auditório Nereu Ramos, promovida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

A ministra ressaltou que o governo brasileiro “tem se esforçado para construir um processo de educação inclusiva”. “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem o compromisso de aliar o papel do Estado com os anseios da sociedade. Temos que contribuir a cada momento para a promoção da igualdade social deste país”, disse.

Matilde Ribeiro manifestou apoio a dois projetos de lei em tramitação na Câmara que

Oficina de Brinquedos Pedagógicos

O Programa de Estimulação Precoce do Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia promoveu nos dias 1º e 2 de julho a X Oficina de Brinquedos Pedagógicos.

O objetivo da oficina é conscientizar a comunidade local da necessidade de se preservar o meio ambiente e a importância do brincar no desenvolvimento da criança. A arrecadação de materiais de sucata envolve a comunidade escolar em uma gincana entre as turmas do programa, este trabalho resgata, acima de tudo, o envolvimento, a colaboração e a unidade familiar.

Desconto para atendimentos psicopedagógicos

A pedagoga Solange Aparecida Santos oferece 30% de desconto aos professores sindicalizados no seu Espaço Psicopedagógico, que atende a crianças especiais a partir de um ano no programa de estimulação precoce e a crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizagem.

O atendimento é feito na **Corpo e Vida**, que também oferece tratamentos estéticos com o mesmo desconto para os sindicalizados, na CSB 02, lotes 1 a 4, sala 402 – Edifício Alameda Tower 3964-2978 e 9221-0713.

Quadro Negro

SINPRO DF

SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL

CNTE CONTEE

CUT

Impresso Especial

04852001DR/BSB/ECT

SINPRO-DF

CORREIOS

Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXV - Nº 138 - Julho/2004

MIREM-SE NO EXEMPLO DESSAS MULHERES

25 anos

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO



Muitas professoras grávidas, ou em período de amamentação, deram um magnífico testemunho de luta e mobilização: ocuparam os corredores da Secretaria de Educação para exigir o direito que têm à licença-prêmio. Direito aliás, que é de cada professor, mas que o GDF insiste em negar.

CAMPANHA SALARIAL DE 2004:

FORTALECER A LUTA É NOSSA TAREFA

Está na hora de intensificar a luta e cobrar do GDF resposta às nossas reivindicações. A responsabilidade de fortalecer a luta, a partir do nosso local de trabalho, é de cada um de nós. Participe da eleição para delegados e representantes. Leia mais sobre a campanha nas **PÁGINAS 2 E 3**

PROFESSORES MOSTRAM SEU VALOR

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no ambiente escolar e a falta de incentivo do governo, professores e professoras da rede mostram o compromisso com a educação e seus alunos, desenvolvendo projetos inovadores. Saiba mais nas **PÁGINAS 6 E 7**

PRÓXIMA ASSEMBLÉIA DIA 25 DE AGOSTO COM COMPACTAÇÃO DE HORÁRIO

Horário: 14h30

Local: Mané Garrincha

INTENSIFICAR A MOBILIZAÇÃO PARA GARANTIR CONQUISTAS.

CAMPANHA SALARIAL

O descaso do GDF continua. Precisamos dar a resposta

Com a volta às aulas após pequeno recesso, um descanso merecido, retornaremos também às atividades de luta da campanha salarial de 2004. No dia 5 de maio entregamos ao GDF nossa pauta de reivindicações, com 50 itens, contemplando as necessidades da categoria por melhorias salariais, melhores condições de trabalho, questões pedagógicas e institucionais. Tudo para garantir vida digna para os professores e ensino público de qualidade para a população.

Até agora a comissão de negociação não foi recebida pela secretária de Educação, nem por outras secretarias do GDF. É o desrespeito aos profissionais, a não priorização da educação pública pelo governo Roriz.

Precisamos mudar esse quadro
Diante da realidade, precisamos dar a resposta certa ao GDF. É inadmissível a permanência dessa situação de desprezo e só mudaremos esse quadro mostrando a disposição que sempre foi ca-

racterística dos professores de garantir as conquistas que precisamos e merecemos, a partir da luta.

Para tanto, precisamos nos organizar por local de trabalho, elegendo representantes e delegados sindicais em todas as escolas. Isso democratizará e fortalecerá o debate e a mobilização dos professores. Como tudo tem limite na vida, nossa paciência está se esgotando. A pos-

sibilidade de greve é certa se o GDF manter a postura de descaso e desrespeito.

Companheiros, mudar o rumo até o momento imposto pelo GDF depende de nós. Depende de cada um, depende de todos juntos, com o objetivo de garantir conquistas para os professores. A chamada está feita! Vamos à luta!

Augusta - diretora do Sinpro

RELEMBRANDO ALGUNS PONTOS DA PAUTA

• **Reajuste salarial** – além da reposição das perdas acumuladas, queremos o reajuste pago pelo governo federal aos servidores federais, como sempre aconteceu em anos anteriores.

• **Melhoria do Plano de Carreira** – é evidente que o novo plano de carreira não atendeu às necessidades de toda a categoria. Fomos discriminados em relação aos servidores da Saúde e Segurança que, com a mesma formação que a nossa, recebem pisos salariais muito maiores. O nosso plano promove um achatamento salarial inaceitável para os professores que têm mais tempo de serviço e os aposentados.

• **Saúde** – não podemos mais conviver com a realidade das doenças da categoria, provocadas pelo exercício da profissão, e o completo desinteresse do GDF em resolver situação tão grave.

• **Moradia** – se nossos salários não permitem a aquisição de moradia própria, o governo precisa apresentar projetos de moradia digna que atendam às necessidades dos professores e sejam condizentes com a nossa realidade salarial. Não dá para continuar pagando aluguel sem ter condições, ou morando de favor em casas de amigos ou parentes.

• **Gestão Democrática** – não abrimos mão da democracia nas escolas. Queremos garantir o processo democrático, onde o debate e a participação de todos os envolvidos no processo pedagógico sejam garantidos. Dessa forma acreditamos que a qualidade do ensino e a satisfação pelo exercício da profissão serão restabelecidos e a escola de fato cumprirá seu papel de formar cidadãos plenos, livres e conscientes.

• **Coordenação pedagógica**, limitação do número de alunos por sala de aula, bibliotecas, laboratórios, equipes psicopedagógicas, comissões paritárias para discutir o remanejamento interno, a remoção e a distribuição de carga horária, convocação imediata dos concursados para as vagas definitivas, contrato temporário só para emergências, mais verbas para a educação etc.

Conquistar estas reivindicações: nossa tarefa para o 2º Semestre.

ATENÇÃO: Nos informativos encartados neste jornal, informamos que haverá nova data para o processo de seleção: 31 de julho e não apenas 17 de julho e 16 de julho. Qualquer dúvida, entre em contato com as instituições.

Diretoria Colegiada do Sinpro

Adalberto Duarte de Oliveira
Adilson César de Araújo
Antonio Ahmad Usuf Dames
Antônio de Lisboa Amâncio Vale
Carlos Antoneto de Souza Lima
César Santos Ferreira
Cláudia Alves Pinheiro
Cláudia Maria do Amaral de Souza
Denilson Bento da Costa
Francis Franqueira Fernandes

Francisco Barbosa
Francisco Joaquim Alves
Isabel Portugez de Souza Felipe
Jalma Fernandes de Queiroz
José Antônio Gomes Coelho
José Norberto Calixto
José Raimundo Souza Oliveira
Márcia Gilda Moreira
Maria Augusta Ribeiro
Maria Bernardete Diniz da Silva
Maria José Correia Muniz

Nelson Moreira Sobrinho
Robson de Paiva Salazar
Rodrigo Pereira de Paula
Rubens Guedes Memória
Sebastião Honório dos Reis
Valdenice de Oliveira
Valesca Rodrigues Leão
Washington Luis D. Gomes
Secretaria de Imprensa
Augusta - César Santos -
José Antonio



De Olho em Seus Direitos

Aposentados com mais de 60 anos estão tendo que exibir no BRB avalista ou seguro de vida

Esta atitude é

manifestamente

inconstitucional por

discriminar as pessoas

em razão da idade.

O BRB - Banco de Brasília - vem exigindo que o professor com mais de 60 anos e que queira ter acesso aos produtos de créditos oferecidos na praça apresentem avalista para a operação bancária ou seguro de vida.

Esta atitude é manifestamente inconstitucional por discriminar as pessoas em razão da idade. O Sindicato dos Professores está encaminhando ações para a Justiça visando coibir a

atuação do BRB, cobrando, inclusive, a reparação dos danos morais pelo constrangimento causado ao professor.

O Sindicato dos Professores já denunciou a situação perante o Ministério Público para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Quem estiver sofrendo esse tipo de discriminação deve procurar o SINPRO para fazer a respectiva ação judicial.

Novo Plano de Carreira prejudica aposentados

A implantação do novo plano de carreira está causando graves prejuízos aos professores aposentados, em decorrência da ampliação agora para 31 etapas a serem alcançadas com as promoções pelos professores que estão em atividade. Os professores aposentados estão sendo mantidos nos mesmos níveis do plano anterior, sem que possam alcançar as novas etapas até a 31ª.

O Sindicato dos Professores tem entendimento de que a interpretação

que vem sendo dada pela Secretaria de Educação viola o princípio da paridade constante do artigo 40, inciso VIII, da Constituição Federal.

Portanto, quem tiver interesse, deve procurar o Sindicato para que se tente buscar na Justiça fazer valer a garantia constitucional de que seja estendido ao aposentado tudo aquilo que é concedido ao professor em atividade.

Os aposentados que se valeram dos benefícios da Lei do DF nº 1.864/97,

conhecida como **Lei Baiocchi**, também estão sendo prejudicados em razão das distorções decorrentes da interpretação ao novo plano de carreira que vem sendo dada pela Secretaria de Educação.

Da mesma forma, os professores nessa situação devem procurar o Sindicato para que seja analisada a situação individualizada de cada um e seja encaminhada a questão para a Justiça.

Permutas

Leonardo Vinícius Armondes

Disciplina: História
Escola: CEM 03 de Taguatinga
Permuta para: qualquer outra escola de Taguatinga (1º e 2º Grau), 20 Horas Noturno
Telefone: 9221 1001 – 563 1043

Rosimeire Galheno Teixeira

Disciplina: Artes – 40 horas – 1º e 2º Grau
Escola: CEF 7 de Ceilândia Sul – manhã
Permuta para: Ceilândia, Brazlândia ou Taguatinga, no período da tarde
Telefone: 9622 7489 - 352 3268

Fátima de Jesus Pires

Escola: CEF Instância 3, Planaltina
Permuta para: Sobradinho ou Planaltina
20hs noturno para 40hs diurno
Telefone: 591-7837

Adriana Alves de Sousa

Disciplina: Atividades
Escola: EC 14 de Planaltina/DF
Permuta para: Plano Piloto e/ou proximidades
Telefone: 9220 5330

Nadia Maria Rodrigues

Disciplina: Atividades
Escola: EC 19, Ceilândia Sul
Permuta para: Taguatinga
Telefone: 373.5304 e 9609 7428

Alessandra Silva Matos

Disciplina: Educação Artística – 40 horas
Escola: CEM 01 de Candangolândia
Permuta para: Qualquer Regional – 20 horas
Telefone: 567 9072 e 9905 3871

ATENÇÃO!

PROCURAMOS OS SEGUINTE PROFESSORES

Os professores abaixo relacionados devem entrar em contato com o Departamento Jurídico do Sinpro com a maior urgência possível, para tratar de assunto de seu interesse. Se você conhece algum destes companheiros, avise-o! É muito importante!

Antonia Matilde de O Silva
Clarissa Lima Moraes
Cleide de Matos Gonçalves
Erondina Gomes Ribeiro
Francisca Rodrigues Perdiz
Helena Nobre de Aguiar Pessoa
Ivan Muniz de Mesquita
Ivone Soares de F. Almeida
Leni Teixeira Cordeiro
Maria Cardoso da Silva
Maria Elisa Bolele de Almeida Gomes
Maria Teresinha Franco Silva
Marina de Moraes Bueno
Marta Lucia Borges
Miria Lopes Guimarães Cavalcante
Neli Bustamante
Nilcea Lopes Lima dos Santos
Maria dos Remédios Rodrigues
Otaversilia Rodrigues de Araújo
Otaveide Vitorino de Oliveira
Paixão Marilene Alves Pinheiro
Rosa de Arruda Forthmann
Sonia de Sousa G. C. Correa

Todas as matérias são de responsabilidade da Secretaria de Imprensa e do Conselho Editorial, exceto aquelas assinadas por seus autores.

Sinpro-DF - SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111, Tel.: 218-5601 **Fax:** 218-5607 (Organização), 218-5631 (Imprensa), 218-5619 (Jurídico) CEP: 70.300-500 - Brasília-DF - Subsele em Taguatinga, CNB 4, lote 3, loja 1, telefax 562-4856 e 562-2780.- Subsele no Gama - SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106 - Telefax: 556-9105 - **www.sinprodf.org.br** - e-mail: imprensa@s inprodf.org.br

Jornalistas - Afonso Costa e Junia Lara -
Fotografia - Welber Souza - **Diagramação** - Wellington Braga
Impressão - Plano Piloto - Serviços Editoriais 344-1599 - **Tiragem** - 31.000 exemplares

ESCOLAS PARTICULARES

Intransigência dos patrões
leva negociação ao dissídio

A negociação coletiva com o Sinepe (sindicato patronal) acabou desaguando em dissídio coletivo. Apesar de todo o esforço feito pelo Sinpro, não foi possível chegarmos a um acordo com os patrões. Agora teremos que aguardar o julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho.

Diante da intransigência patronal, o SINPRO não teve outra alternativa a não ser requerer a instauração do Dissídio Coletivo, pois se esta providência não fosse tomada, perderíamos a data-base de 1º de maio, conquistada no passado com muito sacrifício.

O ponto central da divergência entre as partes consiste na firme posição tomada pela assembléia dos professores no sentido de que não fosse aceita qualquer proposta contendo reajuste diferenciado entre as escolas, por faixas.

O SINPRO solicitou a intervenção do Delegado Regional do Trabalho, que convidou as partes para três Mesas Redondas, nas quais se esteve muito perto de se chegar a um acordo.

O sindicato patronal, depois de muita

insistência do SINPRO, acabou concordando que o reajuste da data-base de 1º de maio de 2004 fosse uniforme, chegando a oferecer o INPC integral, de 5,6%, contudo, condicionou que ficasse assegurado que, caso a inflação na data-base de 2005 ultrapassasse o patamar de 7%, retornaria o sistema de faixas.

Como a posição da assembléia dos professores foi absolutamente contrária a manutenção do sistema de faixas, o Sinpro não aceitou a proposta, manifestando expressamente que não faria qualquer referência ao sistema de faixas para o ano de 2005.

Estabelecido o impasse, a questão foi levada ao Tribunal Regional do Trabalho, onde as tentativas de conciliação feitas pelo presidente do TRT também não chegaram a bom termo.

Agora estamos aguardando o julgamento do processo de dissídio, que provavelmente ocorrerá no mês de agosto. Mesmo seguindo adiante o julgamento do processo de dissídio coletivo, a qualquer tempo podem as partes chegar a um acordo. Vamos ver se os patrões vão aceitar de vez o fim das faixas.



Audiência de conciliação do dissídio coletivo

Empréstimos a juros
baixos para os professores das
escolas particulares

Os professores da rede particular já têm a possibilidade de conseguir empréstimos pessoais a juros muito baixos, segundo acordo firmado entre o Sindicato e os bancos BMG e HSBC. Para conseguir o empréstimo, os professores sindicalizados devem procurar o Sinpro.

Esse empréstimo faz parte de proposta da CUT Nacional, encampada pelo governo federal, que originou a Medida Provisória nº 130 e o Decreto Lei 4.840. Os juros vão de 1,75% a 2,65% ao mês, dependendo do valor e do prazo contratados. Um dos detalhes importantes é que mesmo o professor com restrições ao nome, tanto no Serasa quanto no SPC, pode fazer o empréstimo, que será descontado em folha, na conta-corrente dos professores.

O principal objetivo da CUT em firmar esses acordos é possibilitar aos trabalhadores “livrarem-se das suas dívidas com o cheque especial”, de um lado, e não estimular o “superendividamento” do empregado, de outro.

Infelizmente, os professores da rede pública ainda não têm essa possibilidade, devido a intransigência do GDF e do BRB, que estão dificultando as negociações.

Exemplo dos valores
a serem pagos:

Para quem pegar R\$ 1.000,00

Prazo de Pagamento	6 meses	9 meses	12 meses	24 meses
Valor em R\$ (mensal)	91,26	63,35	48,99	28,47
Taxa de juros %	1,75	2,00	2,00	2,30

Recebemos uma simpática correspondência de um aluno da rede pública, solicitando a divulgação do poema abaixo. Como essa foi a primeira solicitação vinda de um aluno, divulgamos o soneto:

SONETO DE CASSAÇÃO DE RORIZ

O que? O Roriz foi cassado!
Onde? Ninguém está vendo.
A Deuse ao mundo, um bom governo está devendo.
E ainda não foi encarcerado.

Não foi porque antes do julgamento já estava sabendo,
Do pífio e ridículo resultado:
O réu considerado inocente, ao invés de culpado.
Coisas dessa vida que não entendo.

Como pode este político ser declarado inocente;
Que tribunal com falta de atitude,
Ou foi um complô abafado por panos quentes.

Como dar cabo dele, que parte do povo ilude
Qual a solução? Revolução de toda gente
Ou recuperar o dinheiro desviado da saúde?

Fernando Pereira de Lima Ribeiro
Aluno CEF 08 - Taguatinga

Campanha Salarial de 2004

Mobilização e luta para dobrar
intransigência do GDF

A assembléia realizada no último dia 22 aprovou uma forte campanha de denúncia do descaso do governo com a educação e seus profissionais e definiu o fortalecimento e ampliação da mobilização para a próxima assembléia, a ser realizada no dia 25 de agosto, às 14h30, no Mané Garrincha, com compactação de horário.

Na assembléia informamos que a Comissão de Negociação do Sinpro esteve reunida no dia 21 de junho com o promotor de defesa do cidadão, Antônio Ezequiel de Araújo, para tratar da questão dos concursos públicos. A comissão denunciou ao promotor que há 18 meses o concurso para professores foi homologado e, até o presente momento, há áreas em que nem o primeiro colocado foi convocado para assumir. Enquanto isso, a Secretaria de Educação continua a chamar contratos temporário para ocupar vagas definitivas.

O promotor disse que intimidaria a Secretaria de Educação a apresen-

tar a lista regionalizada de todos os contratos temporários feitos após a homologação do concurso. Ele afirmou que após ter em mãos essa listagem, exigiria a contratação dos concursados para as vagas definitivas existentes.

Encaminhamentos aprovados na assembléia

1. Ampla campanha na mídia, mostrando para a sociedade a realidade caótica da educação pública no DF e o descaso do GDF com a educação e seus profissionais.
2. Eleição de delegados sindicais e representantes por turno, de **19 de julho a 6 de agosto**, em todas as escolas.
3. De **16 a 20 de agosto**, reuniões regionais com professores e pais de alunos para debater a situação da educação pública no DF.
4. Edição de um jornal **Sinpro Cidadão** para distribuição nas feiras, locais de concentração e em todas as salas de aula, mostrando a realidade das escolas públicas no DF.



Assembléia do dia 22, quando os professores definiram novos passos da campanha salarial

5. Debate sobre a reforma sindical, no próximo dia 24 de julho, de 9h às 12h, na CNTI – 505 Norte.
6. Seminário de Formação para delegados sindicais e representantes. O

local ainda será definido.

7. Campanha em defesa das reivindicações dos professores de Educação Física, e realização de reuniões para analisar as condições de trabalho e propor calendário de lutas.

Intransigência e arbitrariedade:

diretora autoritária só muda de endereço

Depois de agüentarem dois anos de muito autoritarismo, as professoras da Escola Classe da 416 Sul finalmente estão livres da diretora Célia Muniz e do seu famigerado Livro Preto, que durante esse período foi utilizado como método de coação e intimidação. Infelizmente, a diretora foi transferida para a EC da 302 norte, ou seja, o autoritarismo só mudou de endereço.

As professoras da EC 416 Sul chegaram ao limite quando foram impedidas de se reunirem com os diretores do Sinpro, Cláudia Amaral e Antônio Ahmad, que foram à escola mobilizar para

a assembléia do dia 22 de junho. Depois de tentar o diálogo com a diretora e não conseguir fazê-la mudar de idéia, a reunião foi realizada do lado de fora do rolo, o que indignou as professoras.

No final do dia, elas conseguiram fazer uma reunião com a Gerência Regional de Ensino, em que colocaram as dificuldades que enfrentavam com a direção. O tal livro preto, onde deveriam ser anotadas apenas as situações graves que ocorrem no ambiente escolar, era usado até para registrar que alguma professora tinha utilizado o telefone sem avisá-la.

Assim que souberam que a diretora

seria transferida para a escola delas, as professoras da EC 302 Norte entraram em contato com o Sindicato para discutir a situação. “Esperamos que a diretora reveja sua postura autoritária, porque estaremos atentos e não permitiremos mais desmandos”, afirmou Cláudia Amaral. Ela reitera aos professores que denunciem ao Sindicato sempre que se sentirem desrespeitados nos estabelecimentos de ensino.



Diretores do Sinpro (à esq.) se reúnem com os professores da EC 416 sul

CONJUNTURA

Reforma sindical deve ser debatida pelos trabalhadores

Será enviada ao Congresso Nacional, em agosto, a proposta de Reforma Sindical debatida pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT), cuja composição é tripartite: representantes do governo, dos patrões e dos trabalhadores. Segundo resolução da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o relatório final do trabalho do Fórum (disponível no site www.fnt.mte.gov.br) **representa um avanço rumo à liberdade e autonomia sindical e pode ser o início da mudança da estrutura sindical vigente no país.**

A construção das propostas de consenso no FNT aconteceu num contexto de fortes tensionamentos e disputas. A CUT enfrentou a resistência patronal em aceitar um sindicato de trabalhadores enraizado na base através da organização por local de trabalho. Nossa Central também disputou com o sindicalismo atrasado, que queria manter

intacta uma estrutura sindical que permite a existência de sindicatos sem representatividade nem filiados, que sobrevivem às custas do imposto sindical repassado pelo governo, e outras taxas compulsórias.

Apesar das dificuldades, a direção da CUT considera que os consensos obtidos em várias questões polêmicas do sindicalismo brasileiro é um fato histórico, passo importante para a implantação do Sistema Democrático de Relações do Trabalho (SDRT), bandeira da CUT desde a sua fundação.

A CUT acredita que os mesmos embates entre as forças do atraso e do avanço devam se repetir no Congresso Nacional e já definiu que a organização por local de trabalho é a essência da proposta cutista a ser defendida. A entidade irá elaborar um jornal com todas as propostas aprovadas no FNT, comparando-as com as propostas da CUT e realizará plenárias estaduais para discutir como a Central fará a sua intervenção no Congresso Nacional.

Para aprofundar a discussão sobre as reformas Sindical e Trabalhista, o Sinpro promoverá um debate no próximo dia 24 de julho, a partir das 9h da manhã, com a participação do secretário-geral da CUT Nacional, João Felício e do secretário-adjunto de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O evento será realizado no auditório da CNTI, na 505 Norte.

Base rorizista responde a 78 processos na Justiça

A Câmara Legislativa do Distrito Federal tem 24 deputados, dos quais 16 apóiam o governador Roriz. Destes, 11 respondem na justiça processos que vão, desde a grilagem de terras, a desvio de recursos de programas sociais, formação de quadrilha, assassinato, sonegação de impostos e por aí vai. São 69 processos, afora os dois contra o deputado Carlos Xavi-

er: improbidade administrativa e mando de assassinato – que o Conselho Especial de Justiça instaurou há poucos dias.

O próprio governador responde a um processo no Tribunal Superior Eleitoral, no qual é acusado de 33 irregularidades. Se condenado, o governador e sua vice, Maria Abadia, podem ter seus mandatos cassados.

O deputado Pedro Passos é o recorrente: responde a 23 processos, mas ale-

PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA SINDICAL

Estrutura

- As entidades serão constituídas como instituições de âmbito nacional, estadual e municipal;
- Os detalhes serão incluídos no projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional.
- Não poderão mais ser constituídas entidades sindicais por categorias diferenciadas.

Critérios para constituição de centrais

- Ter representação em pelo menos 18 estados, nas cinco regiões do país;
- Em 12 estados, ter, pelo menos, 15% de sindicalizados da soma de trabalhadores em cada estado;
- Ter pelo menos 22% de sindicalização entre o total de trabalhadores empregados nas bases de representação de seus sindicatos;
- Em pelo menos sete setores econômicos, ter, no mínimo, 15% de sindicalizados entre a soma dos trabalhadores empregados em cada um desses setores.

Sustentação financeira

- Extinção das contribuições confederativa e assistencial;
- Extinção gradual da contribuição sindical;
- Implantação da contribuição negocial – anual e recolhida de todos os beneficiados em acordo coletivo, desde que aprovada em assembléia ou conselho;
- A contribuição negocial só poderá ser recolhida de entidades que comprovarem a representatividade.

ga inocência. O deputado José Edmar é o segundo do ranking, com 16 processos. Ano passado, ele esteve preso por 30 dias, acusado pelo Ministério Público de liderar uma quadrilha de grilagem de terra. O próprio presidente da Câmara, deputado Benício Tavares, é co-brado na Justiça por desvio de 18,9 mil litros de leite C da Associação dos Deficientes de Brasília, o que cor-

Representação sindical no local de trabalho

- Trabalhadores, empregadores e governo concordam com a existência da representação sindical nos locais de trabalho;
- Os detalhes serão incluídos no projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional.

Negociação coletiva

- A validade dos acordos será definida no próprio contrato de trabalho. Poderão ser definidos diferentes períodos de validade para diferentes cláusulas;
- Direitos definidos em lei são inegociáveis;
- As negociações poderão ocorrer em níveis nacional, regional, interestadual, estadual, municipal ou mesmo por empresa (respeitadas as peculiaridades de cada setor econômico).

Solução de conflitos de trabalho

- Conflitos entre trabalhadores e empregadores devem ser solucionados com rapidez por meio do regime de arbitragem (os limites da arbitragem são o estágio em que emperar a negociação convencional);
- A Justiça do Trabalho poderá atuar como árbitro público, mediante requerimento conjunto das partes e segundo os princípios gerais da arbitragem;
- Vencidas as etapas para a composição de conflitos sem que haja acordo, a Justiça do Trabalho será acionada para atuar como árbitro compulsório. Não há possibilidade de recurso, segundo as regras da arbitragem.

respondente a R\$ 85,4 mil.

Alguns deputados federais da base rorizista também estão às voltas com a Justiça: respondem a 11 processos: Tático tem seis, Valmir Amaral três, José Roberto Arruda e Tadeu Felipelli, um cada.

Se somados todos os processos contra os aliados de Roriz e caso venham a ser condenados, são mais de cem anos de prisão.

INTERNACIONAL

Plebiscito na Bolívia é decisivo para o futuro da América Latina

O instável cenário atual da Bolívia não poderá perdurar por muito tempo e parece improvável que um governo sem bancada no Congresso, assediado por dezenas de marchas e bloqueios, possa seguir existindo dessa maneira até agosto de 2007, quando o próximo presidente deverá ser empossado. Alguma mudança deverá ocorrer, e um dos cenários possíveis é o de um confronto mais sério entre o governo e movimentos sociais.

Esta é a situação atual que vive a Bolívia, parceiro prioritário do Brasil na América do Sul e que tem um referendo marcado para o próximo dia 18 de julho, que deverá decidir a posição do povo boliviano sobre a propriedade do gás natural e do petróleo daquele país.

A Central Operária Boliviana (COB), com apoio da grande maioria dos sindicatos de operários, trabalhadores em geral, profissionais de nível médio e camponeses, além de várias lideranças indígenas, denuncia o plebiscito marcado para o dia 18 como uma “*tramposa*”, uma verdadeira tramóia. Uma armadilha que pretende assegurar o domínio das multinacionais – aí incluída a Petrobrás – sobre o gás natural e o petróleo bolivianos.

As perguntas para o referendo foram redigidas de forma ambígua para legitimar posições defendidas pelo governo Meza, atual presidente, e deixaram em pé de guerra a COB e o movimento social.

Carlos Meza é o atual presidente boliviano, empossado em outubro do ano passado, após a queda de Gonzalo Sánchez de Lozada, provocada por manifestações populares, greves, uma verdadeira insurreição, que terminaram com 14 meses de um mandato nitidamente pró-Estados Unidos. Gonzalo Sánchez de Lozada teve de fugir do país.

REAÇÃO

Segundo a COB, “na Bolívia, coração da América morena, está ocorrendo a maior batalha contra o neoliberalis-

mo e as transnacionais. Camponeses, mineiros, operários, estudantes, desempregados e comerciantes se aliaram para renacionalizar a indústria petrolífera e suas imensas riquezas de gás e petróleo”.

Como resposta ao plebiscito de Meza, a **Central Operária Boliviana** está realizando um abaixo-assinado para colher um milhão de assinaturas pela nacionalização do gás e do petróleo. Divulgou manifesto no último dia 17 de junho, denunciando o “*tramparendum*”, misto de tramóia com referendo, que faz parte do projeto do atual presidente de somente dentro de 32 anos, quando estiverem concluídos os atuais contratos e se esgotarem as reservas de gás e petróleo, de devolver à Bolívia a propriedade real de seus recursos naturais de energia.

São cerca de 100 bilhões de dólares que estão em jogo.

PARCEIRO PRIORITÁRIO

A Bolívia tem uma fronteira de 3.423 km com o Brasil, a dupla condição de país amazônico e platino e os benefícios da construção do gasoduto. A relação entre os dois países está assentada no tripé integração energética, comercial e integração física.

Não é a troca de nada que o ministro Celso Amorim foi o primeiro chanceler estrangeiro a visitar a Bolívia após a posse de Meza; que um mês após a sua posse, o próprio Meza tenha vindo ao Brasil; que o nosso país seja atualmente o principal mercado para produtos bolivianos; que em janeiro deste ano a ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, tenha levado uma carta do presidente Lula a La Paz, manifestando a disposição brasileira de contribuir para soluções, no contexto da revisão da lei (sobre gás e petróleo) que garantam a continuidade e o aprofundamento da integração energética entre os dois países.

O que está em jogo é muito mais que os 100 bilhões de dólares que valem as reservas energéticas da Bolívia ou a queda-de-braço entre a COB e o governo Meza. Está em jogo o futuro da América Latina, o sistema político e econômi-

co que predominará: o neoliberalismo e seus derivativos que a burguesia está desenvolvendo ou sistemas de governos independentes, voltados para o fortalecimento dos Estados Nacionais e do desenvolvimento econômico baseado prioritariamente no bem-estar social.

A Bolívia não é um país qualquer. Ainda no início da década de 50 fez a reforma agrária, nacionalizou as minas e extinguiu o exército, substituindo-o pelas milícias populares.

Na verdade, muita coisa está em jogo.

Por isso, os Estados Unidos estão investindo pesado para fechar um acordo de “livre comércio” com Equador, Peru e Colômbia, o chamado Tratado de Livre Comércio. Esse tratado é uma opção à Área de Livre Comércio (Alca), que não tem avançado conforme o desejado pelas transnacionais. A segunda maior missão diplomática dos EUA está na Bolívia. O terceiro país em todo o mundo a receber recursos dos EUA é a Colômbia, só perdendo para Israel e Egito, respectivamente. Só isso já dá uma dimensão do que está em jogo nesse momento decisivo para o futuro do povo boliviano e, conseqüentemente, para todos os povos da América do Sul.



Está em jogo o futuro da América Latina, o sistema político e econômico que predominará: o neoliberalismo e seus derivativos que a burguesia está desenvolvendo ou sistemas de governos independentes, voltados para o fortalecimento dos Estados nacionais e do desenvolvimento econômico baseado prioritariamente no bem-estar social.

A dor da gente não sai no jornal....

Falta de energia para tarefas corriqueiras, dores crônicas, enxaqueca, fadiga, desinteresse, sensação de inutilidade e pensamentos recorrentes de morte e auto-depreciação: são alguns dos sintomas da depressão, uma doença que cada vez mais acomete os professores das escolas públicas do Distrito Federal.

Muitas pessoas confundem a depressão com as tristezas naturais da vida, não procuram tratamento porque se sentem constrangidas e pensam que vão conseguir superar sozinhas. Quando percebem que o problema é mais sério e demanda ajuda especializada, a situação já se tomou crítica.

Triste realidade - Quem conhece a realidade das escolas públicas do Distrito Federal não se surpreende que essa doença seja hoje um dos principais motivos para o afastamento do professor da sala de aula. Falta de tudo nas escolas: material pedagógico, estrutura, e, principalmente, respeito. Os baixos salários levam o professor a optar pela jornada estafante de 60h se quiser sobreviver e pagar as contas do mês.

É o caso, por exemplo, da professora de Português e Inglês do **CEM 01 de Sobradinho, Edenir José dos Santos, 42 anos**. Ela encara os três turnos, com coordenação pela manhã, 11 turmas à tarde e sete turmas à noite. “Ninguém faz jornada de 60 horas em um trabalho desgastante como o nosso porque quer, eu não faço por prazer, é porque preciso mesmo”, afirma ela. Desde o ano passado, quando trabalhava também na coordenação, vinha se sentido desestimulada, cansada. Mas por respeito aos alunos continuava em sala de aula. Há cerca de dois meses e meio, ela teve que render-se às evidências e procu-

rar ajuda médica. O diagnóstico de depressão ficou caracterizado.

Na última consulta médica foi liberada para voltar ao trabalho, depois de 70 dias de afastamento. “Sinto-me bem melhor, estou fazendo terapia e acertei com um remédio que me tirou do estágio mais crítico, mas sinceramente tenho certo receio de voltar à escola”, afirma. Não é para menos: na mesma escola em que trabalha, há mais três professoras afastadas por depressão.

Sem prevenção – Especialistas são unânimes ao considerar que determinados profissionais, pela natureza do seu trabalho, estão mais expostos a um quadro depressivo. Os professores estão neste caso. Lamentavelmente, não há qualquer trabalho preventivo da Secretaria de Educação, apesar das diversas tentativas do Sindicato de iniciar uma discussão sobre a questão. No ano passado, por exemplo, entregamos ao GDF um projeto de atenção à saúde do trabalhador, mas não houve qualquer interesse no debate.

Ao invés disso, a secretária de Educação, Maristela Neves, para justificar a carência de professores e a falta de planejamento da Secretaria, ocupa espaço na imprensa local para questionar o número de licenças médicas, para jogar a responsabilidade pelo caos das escolas nos ombros dos profissionais que trabalham “no limite” do suportável. Ou seja, além de conviverem com uma doença intimamente ligada às condições de trabalho e vida, os professores têm que agüentar a difamação daqueles que deveriam buscar alternativas para evitar que os problemas de saúde chegassem a esse ponto.

Em tempo: no próximo informativo continuaremos abordando essa questão, com dicas para detectar os primeiros sintomas, como proceder e combater essa doença.

Formação de professores e inclusão social: uma questão das Escolas Normais

No decorrer do mês de junho, jornais de grande circulação nacional noticiaram o fato do Ministério da Educação estar lançando novas diretrizes para o ensino médio tecnológico. Em entrevista recente, o Secretário do Ensino Médio e Tecnológico do MEC, quando questionado sobre a questão do curso Normal em Nível Médio, foi taxativo ao afirmar que este curso deve continuar a ser ofertado, uma vez que portaria daquele ministério, já em 2003, ofereceu nova interpretação para o artigo da Lei de Diretrizes e Bases que trata da obrigatoriedade de se ter curso superior para atuar no magistério das séries iniciais do ensino Fundamental.

Alheia a todo esse debate nacional, a Secretaria de Educação insiste em dar fim ao curso de magistério no Distrito Federal. Nós, professores da Escola Normal do Gama julgamos que a polêmica sobre a formação dos professores é por demais importante para que seja tratada de forma tão simplista como vem fazendo a Secretaria. Não é simplesmente uma questão de se formar professores em escolas normais ou em institutos superiores. O que está em jogo são ques-

tões mais profundas que dizem respeito à concepção de homem, de educação e de sociedade, que se tem em uma dada formação social. Tal questão está, ainda, diretamente ligada às questões relativas ao papel do Estado e suas responsabilidades na condução das políticas públicas.

O exercício da cidadania passa por chances reais de acesso ao mercado de trabalho e do ponto de vista da juventude passa inicialmente por qualificação para o exercício de uma profissão. Nesta fase da vida em que os índices de desemprego são mais altos – 51,3% entre a população com menos de 24 anos – o fato de se possuir uma qualificação para o exercício de uma profissão pode significar a diferença entre a inclusão ou a exclusão social. Para muitos jovens, o curso do magistério em nível médio pode ser realmente a porta para o mercado de trabalho e para a cidadania.

Diante do debate nacional sobre as novas posições adotados pelo Ministério da Educação, gostaríamos de chamar a atenção da Secretaria de Educação, dos professores e da comunidade em geral para a necessidade de manutenção das Escolas Normais, dentre outros, pelos seguintes motivos:

1. As Escolas Normais são reconhecidas como centros de qualidade na formação de professores. O curso normal com nível médio é ofertado em tempo integral, com uma carga superior a 3.400 horas, das quais 600 são de estágio supervisionado, distribuídos ao longo dos três anos de curso;
2. Existe uma grande demanda potencial para a realização do curso. Pesquisa realizada em 2003 com alunos de 8ª série do ensino fundamental das cidades de Taguatinga, Gama, Ceilândia e Recanto das Emas apontou um percentual superior a 50% de interessados em realizar o curso de Magistério de Nível Médio.
3. A garantia de uma formação profissional logo aos 17 ou 18 anos pode significar muito em uma sociedade onde o desemprego atinge mais da metade da população com idade inferior a 24 anos. Segundo estudos do Dieese, esse percentual, significativamente, é superior ao das demais faixas etárias, daí a grande importância de se obter uma formação profissional logo ao final da adolescência.
4. Escolas Normais garantem o acesso à universidade. Foi possível constatar que os cursos de magistério são tão ou mais eficientes que os cursos acadêmicos, com um percentual de aproximadamente 20% de seus alunos ingressando diretamente em instituições de ensino superior.
5. A extinção das Escolas Normais no Distrito Federal é uma questão política e contraria os resultados de seminário realizado em 2003 pelo Sinpro/DF, assim como contraria definições de audiência pública realizada em novembro de 2003 pela Câmara Legislativa.

PEC Paralela tem avanços para professores

Foi aprovada no último dia 8 de julho a PEC paralela da Reforma da Previdência. O presidente da Comissão de Educação e Cultura, deputado Carlos Abicalil (PT-MT), avalia que o texto do relator, deputado José Pimentel (PT-CE), resgata conquistas que haviam sido subtraídas de mais de 2,5 milhões de servidoras e servidores públicos do serviço de educação pública básica do país.

O redutor de cinco anos no fator ida-

de e tempo de contribuição havia sido subtraído pelo Senado, segundo Abicalil. “Particularmente as mulheres, que representam 90% do total de professores do País, iniciam sua atividade profissional entre 18 e 20 anos de idade. Sem o redutor de cinco anos, elas teriam sua aposentadoria elevada a mais de 60 anos de idade”, considera.

De acordo com Abicalil, houve ainda um segundo avanço: foi derrubada a chamada regra de transição instituída pela Emenda Constitucional 20, e que

impunha um “pedágio” de 17% a 22% sobre o tempo de exercício profissional de professores e professoras que ainda não alcançaram os 48 ou 53 anos de idade.

De acordo com a PEC, todos os servidores públicos que começaram a trabalhar antes de 1998, têm garantido que, para cada ano de contribuição que exceder o mínimo necessário para se cumprir as atuais regras da aposentadoria integral, será reduzida em um ano a idade mínima exigida segundo a regra transitória,

com manutenção da bonificação de 11%.

Ele explicou que uma professora que comece a trabalhar, por exemplo aos 20 anos, ao atingir 45, tal professora já alcança o tempo de serviço necessário, mas não chega na idade mínima vigente, de 50. Essa diferença - cinco anos - será reduzida em 50%. Ou seja, essa mesma professora terá que trabalhar até pouco mais de 47 anos. “E nesses dois anos e meio a mais, a contribuição será nula, porque será compensada pela bonificação de 11%”, diz Abicalil.

Eleição direta para diretor é aprovada em comissão da Câmara dos Deputados

Este projeto tem por objetivo acabar de vez com as “interpretações” que se dá à lei

Está tramitando na Câmara dos Deputados projeto de Lei do deputado Carlos Sousa que institui a obrigatoriedade da “escolha dos ocupantes de cargo ou função de diretor de escola pública através de eleição com a participação escolar – **professores, funcionários da escola, pais e alunos. Este projeto significa a obrigatoriedade da gestão democrática nas escolas, conforme a diretoria do Sindicato defende.**

O projeto de Lei já recebeu parecer favorável da Comissão de Educação e Cultura, cujo presidente é o deputado Carlos Abicalil (PT-MT), ex-presidente da CNTE.

Segunda a relatora do projeto, deputada Fátima Bezerra, o provimen-

to do cargo de diretor de escola pública através da participação da comunidade escolar é um exercício da cidadania e está previsto no item VI do artigo 206 da Constituição, que trata dos princípios da educação.

Este projeto tem por objetivo acabar de vez com as “interpretações” que se dá à lei, como admite a relatora, já que há casos em que um governo institui a gestão democrática através do voto direto da comunidade escolar e, logo após, vem outro governo e alega inconstitucionalidade do dispositivo. Esta, explica, seria uma forma de acabar de uma vez por todas com essas atitudes, já que o projeto faz alusão a escolha e não a concurso público.

Arlete Sampaio apresenta projetos na área de educação

Outra medida adotada pela líder do PT foi cobrar informações sobre o problema da Licença-Prêmio

Por iniciativa da deputada distrital e líder do PT, Arlete Sampaio, a Bancada do PT e os deputados do Bloco Independente na Câmara Legislativa apresentaram Proposta de Emenda à Lei Orgânica de nº 28/2004. O objetivo é assegurar regularidade e celeridade dos repasses às entidades sindicais dos recursos financeiros referentes aos descontos em folha, dos pagamentos das contribuições dos associados. Pelo projeto, o GDF terá que repassar os descontos em folha no prazo máximo de três dias após a liberação do contracheque.

A deputada também apresentou projeto que obriga o GDF a publicar no sítio eletrônico da Secretaria de Educação e no Diário Oficial o número de carências existentes na rede,

discriminando a disciplina e a escola. Caso seja aprovada, esta medida vai evitar os transtornos que ocorrem durante os Concursos de Remoção, quando os professores e o Sinpro não têm acesso imediato a todas as informações sobre as vagas existentes.

Outra medida adotada pela líder do PT foi cobrar informações sobre o problema da Licença-Prêmio. No requerimento a deputada questiona a Secretaria sobre os critérios utilizados para a concessão das licenças. De acordo com a Lei, a secretária de Educação tem trinta dias para responder ao questionamento da deputada. Estas informações serão muitos importantes na luta da categoria para assegurar o gozo da Licença-Prêmio.

EDUCAÇÃO

MEC debate diretrizes para o Fundeb

As diretrizes que fundamentarão o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) foram debatidas dia 14 de junho por representantes do Ministério da Educação, de entidades da sociedade e da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. O encontro, denominado Colóquio de Representação Nacional sobre o Fundeb, foi aberto pelo ministro Tarso Genro, em Brasília.

O secretário executivo do MEC, Fernando Haddad, falou sobre a criação do novo Fundo, cuja definição deverá ser entregue à Presidência da República até agosto deste ano. Haddad apresentou o tema Sistema Brasileiro de Financiamento à Educação: principais características, limitações e alternativas, quando explicou as origens e conseqüências da criação do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e as perspectivas de criação do Fundeb.

O ministro Tarso Genro afirmou que “o método apresentado para a discussão do Fundeb é o mesmo da reforma

da educação superior: uma capilarização da discussão com as fontes autorizadas de exposição de idéias e experiências a respeito do assunto”. O ministro disse, ainda, que não se recorda de um outro momento na história do País em que se falasse tanto de educação como agora, afirmando que, “nós, do MEC, estamos muito orgulhosos disso porque, se essa questão não se tornar um tema nacional, ela não será resolvida”.

“Na opinião do governo, a constituição do Fundeb deverá ser não somente uma questão redistributiva entre os estados, mas um momento em que a União deverá aportar mais recursos do que aportou até agora. Se queremos fazer uma revolução de qualidade no ensino básico no Brasil, a União Federal tem de compartilhar de maneira mais intensa desse processo”, concluiu o ministro. **Debate** - Após a fala de Fernando Haddad, as entidades apresentaram suas posições sobre a criação do novo Fundo. A maioria manifestou-se favoravelmente à criação do Fundeb, ficando as discussões sobre a forma e conteúdo para serem realizadas em reuniões posteriores. A CNTE foi representada pela sua presidente, Juçara Vieira.

Comissão aprova regulamentação de Piso Nacional

A Comissão de Educação e Cultura da Câmara aprovou nesta terça-feira, por unanimidade, o parecer da deputada Neyde Aparecida (PT-GO) ao projeto de lei que estabelece Piso Salarial Nacional dos Profissionais da Educação (PSPN). A proposta, do presidente do colegiado, deputado Carlos Abicalil (PT-MT), segue para as comissões de Trabalho, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça.

O projeto atende a uma reivindicação histórica dos profissionais da setor. “É um projeto importante porque honra um compromisso constitucional, que até hoje aguarda regulamentação. A proposta define referências para que nenhum professor das redes

públicas municipal, estadual ou federal receba menos que o piso”, disse Abicalil.

De acordo com o projeto, anualmente, no mês de maio, o Poder Executivo fixará o valor do PSPN, nunca inferior a doze e a quinze por cento do Produto Interno Bruto per capita do ano anterior, para os profissionais da educação, habilitados, respectivamente, no nível médio e superior.

Para o presidente da Comissão de Educação e Cultura, a proposta poderá reverter o quadro de baixa remuneração da profissão, uma das razões para que os docentes procurem outros ramos de atividade. O projeto, que poderá beneficiar mais de 2,5 milhões de profissionais, tem tramitação conclusiva nas comissões e, se aprovado, poderá seguir diretamente para o Senado.

Mesmo com a dura realidade de baixos salários, desvalorização profissional e descaso do GDF para as questões de saúde e jornada excessiva de trabalho, os professores e professoras das escolas públicas mostram todo o seu compromisso, dedicação e responsabilidade, desenvolvendo projetos para dar aos alunos uma educação de qualidade.

RACUMIM E RACUTIA: duas professoras despertam o prazer da leitura

Racumim recebeu uma missão de sua mãe, Racutia: roer, roer, roer, como fazem todos os roedores, e destruir os livros da biblioteca da Escola Classe 18 de Taguatinga - DF. Mas Racumim, depois de aprender a ler, é tomado de amor pelos livros: passa a ser um protetor do acervo e quer convencer a mãe de que os livros não podem ser destruídos, pois têm muito a ensinar.

Há cinco anos as professoras Raquel Gonçalves Ferreira e Maria Célia Madureira encarnam os dois ratinhos para despertar nas crianças da escola o prazer da leitura. Os alunos interferem na história dos dois ratinhos e inspiram novas aventuras. Este é apenas um dos projetos desenvolvidos pelas duas pedagogas.

Para lembrar que leitura é diversão, há o projeto “Leitura no Recreio”, em que os alunos, identificados com um boné com a inscrição “Eu amo livro”, se posicionam no pátio da escola e emprestam livros para as crianças lerem durante o intervalo. Semanalmente há ainda o momento “Recreio Artístico”, um espaço em que os alunos criam números musicais, teatrais e literários e apresentam aos seus colegas.

“Do livro ao palco” é o trabalho de

“formatura” dos alunos da 4ª série. Depois de escolher um livro, os alunos criam um espetáculo, desenvolvem os personagens, ensaiam e se apresentam no auditório da EC 18, para toda a comunidade escolar. “O mais gratificante para nós é ver a resposta dos alunos, como eles entram dentro das histórias e a partir daí criam seus próprios personagens, exercitam a criatividade”, afirmou Raquel.

Reconhecimento – Ao se apresentarem como Racumim e Racutia na entrega de um prêmio de incentivo aos professores, em 2003, as professoras chamaram a atenção da Fundação Bunge, uma ONG que atua em parceria com o MEC na área de formação educacional. Raquel e Célia, desde então, realizam oficinas em outros estados mostrando os projetos desenvolvidos na escola. “Acreditamos que o cidadão que lê e escreve participa do mundo de maneira mais ativa”, afirma Raquel.

Elas acreditam que só se pode desenvolver o hábito da leitura quando ele estiver ligado ao prazer e não à obrigação. “Gostaríamos muito de disseminar esses projetos para bibliotecas de outras escolas e estamos à disposição para dar suporte aos educadores que queiram desenvolver trabalho semelhante”, garantiu Raquel.

Para entrar em contato com as professoras, é só ligar: 9649-8348 (Célia) e 9625-8126 (Raquel).



Racumim e Racutia: projeto foi apresentado no VI CTE

Se você também está desenvolvendo um projeto inovador em sua escola, entre em contato com a Secretaria de Imprensa do Sinpro! Teremos o maior interesse em publicá-lo.

Professoras desenvolvem horta pedagógica para alunos especiais



Alunos começam a preparar os canteiros, primeira fase do projeto

O trabalho desenvolvido na escola foi o segundo colocado no Prêmio Professor 2003 concedido pela Secretaria de Educação. A professora Graça acredita que o projeto pode ser desenvolvido em várias escolas

Um projeto desenvolvido pelas professoras Maria das Graças de Carvalho, Maria Izabel e Luzia Antonieta Medeiros pode significar uma possibilidade de inclusão profissional de alunos do ensino especial. Dirigido aos alunos maiores de 21 anos, que não têm prioridade de atendimento em escolas da rede pública, a horta pedagógica foi uma alternativa encontrada pelo Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga para atender a esses jovens. Tomate, berinjelas, alho, ervas aromáticas, são plantados em canteiros geométricos e coloridos para trabalhar as noções de espaço, forma e cor.

Numa próxima etapa, as verduras e ervas se transformam em pastas de tomate seco, de berinjela e temperos casei-

ros. Na terceira e última etapa, os alunos devem fazer um livro, com pequenos textos e ilustrações sobre o que aprenderam.

O projeto tem uma finalidade totalmente pedagógica, mas os alunos sonham com a possibilidade de terem um galpão fora da escola, uma máquina desidratadora. E, um dia, quem sabe, fundar uma cooperativa de trabalho e comercializar a produção.

O trabalho desenvolvido na escola foi o segundo colocado no Prêmio Professor 2003 concedido pela Secretaria de Educação. A professora Graça acredita que o projeto pode ser desenvolvido em várias escolas. No CEE 01, 18 alunos são atendidos. Ela se coloca à disposição dos interessados em desenvolver projetos semelhantes. O telefone do CEE 01 é 475-2312 ou 351-5213.

Liberdade para os portadores de necessidades especiais

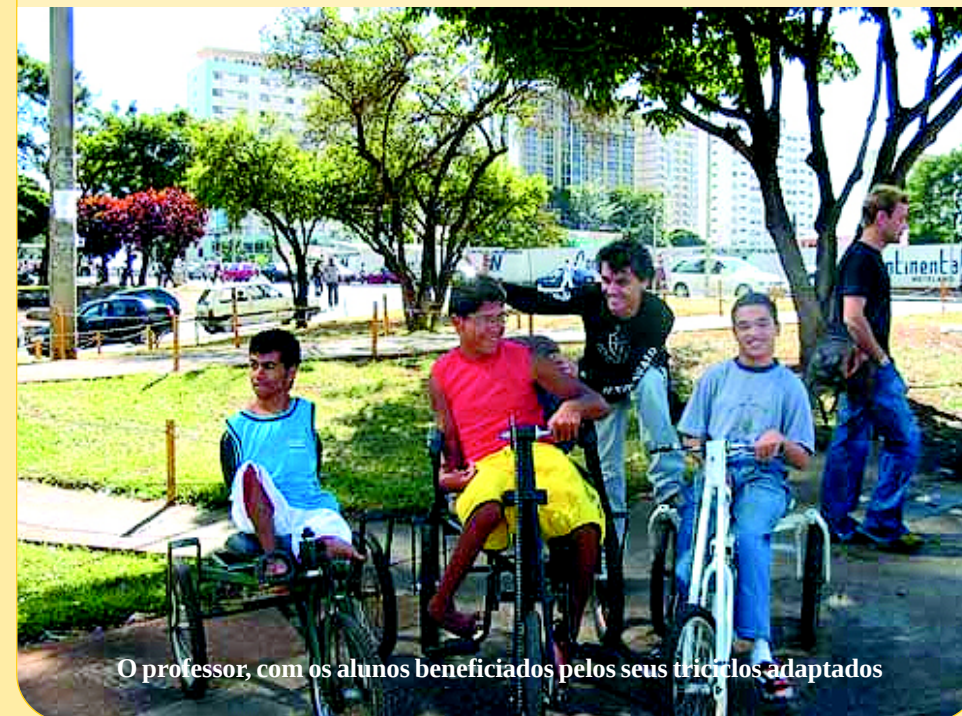
Tudo começou logo após a greve de 2002. O professor de Matemática, Emerson Teixeira, estava na sala de professores do Centro de Ensino Fundamental 20 de Ceilândia, quando um adolescente sem os dois braços e com as pernas atrofiadas entrou de cadeira de rodas, empurrado por seu irmão. “Na mesma hora pensei que a vida daquele menino poderia mudar se ele pudesse se deslocar sem a ajuda de ninguém”, lembra Emerson.

Ele conta que nem dormiu direito naquela noite, e a idéia de construir um triciclo adaptado às necessidades de Saulo Moreira, de 16 anos, não lhe saía da cabeça. Emerson era adepto do ciclismo e já havia construído bicicletas diferentes para uso próprio. Mesmo com carga de 60h, dando aulas também no Centro de Ensino 04, se debruçou sobre a idéia em qualquer momento livre disponível: pensou, calculou, mediu e finalmente elaborou o projeto do triciclo, executado pelo seu Joaquim, que fez todo o trabalho de serralheria e solda. Algumas peças foram doadas por um vizinho e um professor doou cerca de R\$ 300.

No primeiro teste a surpresa: mesmo sem nunca ter pedalado, Saulo conseguiu subir sozinho no triciclo e sair andando. “Acho que nunca fiquei tão emocionado, ao ver como o ser humano é capaz de superar suas dificuldades com determinação e coragem e me senti gratificado ao poder dar mais liberdade para quem tinha a limitação da deficiência. Sem dúvida Saulo é um exemplo para todos nós,” afirmou.

De lá para cá, com a ajuda dos colegas e muita dedicação, Emerson já construiu mais dois triciclos adaptados para alunos das escolas públicas. E já trabalha em uma quarta bicicleta, também contando com a ajuda de professores e amigos. Ele planeja criar uma Organização Não-Governamental (ONG), que poderia captar recursos para ajudar a mais e mais portadores de necessidades especiais.

Quem estiver interessado em conhecer melhor o projeto, ajudar ou até a fazer encomendas de bicicletas adaptadas, pode acessar o site www.osteixeiras.com.br ou entrar em contato com o professor pelo telefone 9627-2542.



O professor, com os alunos beneficiados pelos seus triciclos adaptados